

Rios já são “prioridade absoluta” para o Governo Central

Simon Spooner faz parte da equipa da União Europeia que desde 2007 está nas bacias dos rios chineses a apoiar a criação de um sistema de gestão eficaz dos recursos hídricos. Diz que a tarefa estará concluída numa década.

● **Maria Caetano** - maria.caetano.pontofinal@gmail.com

Em 2005, a água de 59 por cento dos rios da China era considerada imprópria para consumo, de acordo com dados do Banco Mundial sobre a poluição na rede hidrográfica do país. As informações constam de um relatório publicado pouco depois do derrame de cerca de 100 toneladas de benzeno no rio Songhua, há seis anos, que levaram à interrupção do abastecimento da rede pública de água em várias cidades do país. Harbin, com 3,5 milhões de habitantes, foi uma das mais afectadas.

Este foi um dos piores incidentes relatados em termos de emergências ocorridas nas bacias dos rios da China. Desde então, Pequim tem procurado capacitar-se para dar resposta a desastres desta ordem e melhorar a gestão dos recursos hídricos – nomeadamente, através da cooperação com a União Europeia.

O Programa de Gestão da Bacia dos Rios China-UE foi acordado em 2003, pelo então Presidente em exercício da União Europeia, Tony Blair, e pelo primeiro-ministro Wen Jiabao. As actividades tiveram início em 2007, com um horizonte de cinco anos para transição do know-how de Bruxelas, que está a ser dirigido para as bacias dos rios Yangtze e Amarelo. Para accionar a transmissão das técnicas e conhecimentos foram precisos fundos de 25 milhões de euros da delegação da União Europeia na China e do mesmo valor do Governo Central, com algumas achegas também do Banco Mundial.

A um ano do fim deste programa, o país faz progressos. Simon Spooner, especialista destacado por Bruxelas para auxiliar a comissão governamental que gere a bacia do Rio Amarelo entende que, “na maior parte das áreas, a situação da China está a melhorar”.

O perito em qualidade da água foi ontem um dos oradores convidados da Catedra Jean Monnet da Faculdade de Direito da Universidade de Macau para um encontro em torno das perspectivas chinesa e europeia sobre a administração dos recursos hídricos.

Se os países da Europa acumulam a experiência de décadas de regulamentação da gestão dos rios do continente – mais recentemente com a Directiva Quadro da Água, implementada em 2000 –, a China está a dar os primeiros passos em direcção a um sistema



“Está-se a construir a partir do grande incidente ocorrido no rio Songhua em 2005, que foi seguido de incertezas, sem qualquer conhecimento de como reagir. Houve uma falta de abertura, mesmo entre diferentes níveis do Governo”, diz Simon Spooner, perito da União Europeia que assiste a gestão do rio Yangtze.

mais eficaz de gestão da água.

“Passou de ter agradáveis rios naturais a uma industrialização sem contemplanções para com as consequências ambientais, como todos os outros fizeram – é uma etapa natural. Agora, o país está no estágio de se consciencializar dos problemas que isso causou, e que constituem obstáculos ao desenvolvimento económico tal como um risco para a estabilidade de social – os mais importantes objectivos da gestão governamental”, entende Spooner, que destaca o facto de as questões ambientais terem sido incluídas no 12º plano quinzenal – “o principal documento político do país”, frisa.

A missão macropolítica assumida, entende, “acelerou o investimento nos recursos hídricos e instiga sistemas de gestão da poluição adequados”. “São prioridades absolutas actualmente”, considera.

Uma boa “motivação”

O trabalho da equipa de Bruxelas no Yangtze e no rio Amarelo passa por apoiar a gestão do controlo dos níveis de poluição, a criação de sistemas operacionais para gerir incidentes de poluição,

a promoção de indústrias de tecnologias limpas, a conservação de água e de energia, e a redução das fontes poluidoras. “O trabalho também passa por introduzir métodos biológicos de avaliação da qualidade do rio, a partir da experiência de implementação da Directiva Quadro da Água [da União Europeia]”, descreve Simon Spooner.

O perito dá igualmente assistência técnica à implementação de um sistema de distribuição das cargas poluentes (Pollution Load Allocation, em inglês), que visa gerir a descarga de águas residuais pelas diversas actividades económicas do país. É, explica o perito da UE, “o principal instrumento para o controlo da poluição” disponível actualmente.

Por outro lado, os técnicos de Bruxelas estão a capacitar as autoridades chinesas para a resposta a situações de emergência relativas à contaminação dos aquíferos que abastecem a população de água potável.

“Está-se a construir a partir do grande incidente ocorrido no rio Songhua em 2005, que foi seguido de uma grande incerteza, sem qualquer conhecimento de como reagir. Houve uma falta de

abertura, mesmo entre diferentes níveis do Governo. O objectivo é haver maior abertura no seio do próprio Governo Central, para que este esteja em condições de divulgar mensagens mais precisas ao público. Sabem quando devem agir e quando devem retirar-se, planeando para essas ocasiões”, defende Spooner.

Mas, dados os recentes incidentes – mesmo os de pequena escala, como o da contaminação com crómio do rio Oeste, que abastece Macau –, estará a China a serem sucedida no propósito?

“Uma forma de responder é dizer que andamos [União Europeia] a trabalhar para isso há muito tempo e ainda não chegámos lá, ainda há muitos buracos. Por um lado, a resposta é nunca – porque está sempre tudo a mudar, há sempre um problema atrás do outro”, admite o especialista.

Mas as projecções são apesar de tudo optimistas. Simon Spooner acredita que “dentro da próxima década será possível à China implementar um sistema eficaz de gestão” dos recursos hídricos.

E, se a União Europeia possui a experiência e um quadro legal com menos omissões, Spooner

assinala as vantagens de um regime centralizado que manifesta a intenção de vigiar com rigor o desempenho das bases da sua hierarquia. E que, em anteriores ocasiões, já tem sancionado dirigentes que fracassaram na gestão de desastres ambientais.

“É extremamente difícil fazer com que o sistema seja orientado em todos os níveis da governação. O que é diferente na China é que, devido à estrutura política existente, é possível fazê-lo através dos procedimentos de avaliação dos dirigentes”, assinala.

O perito europeu lembra que “o desempenho ambiental, o cumprimento dos padrões de qualidade da água e a ausência de grandes incidentes de poluição entram nas contas da avaliação dos dirigentes”.

“Subitamente, estes são aspectos que já não podem ser negligenciados e postos de parte – são críticos na carreira de cada um dos dirigentes”, diz, entendendo que “é algo que funciona muito bem como motivação”.

“Neste sentido, a China tem a capacidade de induzir mudanças rápidas, mais do que será possível com a abordagem estritamente legal na Europa”, defende.